

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO**

Aysa Maria da Silva Maciel

**EVOLUÇÃO DA ROTULAGEM NUTRICIONAL NO BRASIL E O ENTENDIMENTO
DO CONSUMIDOR - UMA REVISÃO NARRATIVA**

**RECIFE
2023**

AYSHA MARIA DA SILVA MACIEL

**EVOLUÇÃO DA ROTULAGEM NUTRICIONAL NO BRASIL E O ENTENDIMENTO
DO CONSUMIDOR - UMA REVISÃO NARRATIVA**

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Nutrição da
Universidade Federal de Pernambuco
como requisito para obtenção de grau
de Nutricionista.

Área de concentração: Saúde

Orientador(a): Juliana Maria Carrazzone Borba

Coorientador(a): Raquel Araújo de Santana

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Maciel, Aysha Maria da Silva.

Evolução da rotulagem nutricional no Brasil e o entendimento do consumidor
- Uma revisão narrativa / Aysha Maria da Silva Maciel. - Recife, 2023.
25 p. : il.

Orientador(a): Juliana Maria Carrazzone Borba

Coorientador(a): Raquel Araújo de Santana

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências da Saúde, Nutrição - Bacharelado, 2023.

1. Rotulagem nutricional. 2. Rótulo. 3. Evolução. I. Borba, Juliana Maria
Carrazzone . (Orientação). II. Santana, Raquel Araújo de. (Coorientação). IV.
Título.

610 CDD (22.ed.)

AYSHA MARIA DA SILVA MACIEL

**EVOLUÇÃO DA ROTULAGEM NUTRICIONAL NO BRASIL E O ENTENDIMENTO
DO CONSUMIDOR - UMA REVISÃO NARRATIVA**

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Nutrição de
Universidade Federal de Pernambuco
como requisito para obtenção de grau
de Nutricionista.

Área de concentração: Saúde

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Juliana Maria Carrazzone Borba (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dra. Silvana Magalhães Salgado

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dra. Vivianne Montarroyos Padilha

Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Juliana Maria Carrazzone Borba e coorientadora, Raquel Araújo de Santana por terem me ajudado na elaboração deste trabalho. Muito obrigada pela paciência.

RESUMO

A rotulagem nutricional no Brasil tem uma longa história, passou por muitas mudanças e foi se qualificando para informar a população. Seu intuito desde o início foi ajudar a fazer escolhas que promovessem a saúde e deixasse claro os nutrientes, dentre outras coisas, que compõem o alimento que se está ingerindo. O trabalho a seguir discorre sobre a história da evolução da rotulagem nutricional no Brasil desde seu surgimento e permeia também entendimento da população sobre esse tema durante todo esse tempo. Ao final foi visto que embora a rotulagem nutricional tenha vindo para facilitar no entendimento nutricional dos alimentos ele ainda não é entendido por completo em grande parte da população e que são necessárias medidas de educação nutricional para melhoria do entendimento geral.

Palavra-chave: Rotulagem nutricional; Rótulo; Evolução.

ABSTRACT

Nutritional labeling in Brazil has a long history, gone through many changes and has been qualifying to inform the population. Its intention from the beginning was to help make choices that promote health and clarify the nutrients, among other things, that compose the food you are eating. The following work discusses the history of the evolution of nutrition labeling in Brazil since its inception and also permeates the population's understanding of this topic during all this time. In the end, it was seen that although nutritional labeling has come to facilitate the nutritional understanding of foods, it is still not fully understood by a large part of the population and that nutritional education measures are necessary to improve general understanding.

Keywords: Nutritional labeling, Label, Evolution.

LISTA DE ABREVIACES

ABIA	Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CTPTA	Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos
ENDEF	Estudo Nacional da Despesa Familiar
FAO	Food and Agriculture Organization
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ITAL	Instituto de Tecnologia de Alimentos
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
sbCTA	Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de alimentos
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SNVS	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
VD	Valor Diário

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	OBJETIVO.....	11
3	METODOLOGIA.....	12
4	DESENVOLVIMENTO.....	13
4.1	Contexto histórico.....	13
4.2	Histórico sobre as instituições de apoio às indústrias de alimentos.....	14
4.3	Evolução das normas de rotulagem nutricional dos alimentos.....	15
4.4	Entendimento do consumidor sobre rotulagem nutricional.....	19
5	COMENTÁRIOS.....	21
6	REFERÊNCIAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

O alimento é toda substância ou mistura de substâncias, nos estados sólido, líquido ou pastoso, destinado a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento. Esta definição consta no decreto-lei nº 986 estabelecido em 1969, que foi o primeiro a instituir normas básicas sobre alimentos de modo abrangente. A criação destes parâmetros de regulamentação para os alimentos foi necessária no intuito de instaurar um padrão de qualidade e assegurar a saúde dos consumidores, bem como informá-los a respeito do produto (Brasil, 1969). Esse decreto também foi o que iniciou o processo de adequação de rotulagem para alimentos no Brasil.

Esse foi um início de muitas mudanças para a área da saúde, mas a título de nutrição ainda faltavam anos para o que seria um marco no meio. Em 1999 surgiu por meio da lei nº 9.782 o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), e no âmbito federal, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A Anvisa passou a ser um órgão regulatório cuja função era supervisionar, inspecionar, fiscalizar e controlar os riscos. Esse órgão, portanto, passou a estabelecer normas e padrões de qualidade e identidade de produtos alimentícios com o objetivo de garantir a segurança e qualidade dos alimentos (Brasil, 2023). Foi então que em 2001 a resolução da diretoria colegiada (RDC) nº40 entrou em vigor. Nela a rotulagem nutricional tornou-se obrigatória, a fim de melhores controles sanitários. Isso veio como uma resposta às demandas da população que, desde a década de 80, vinha se conscientizando da relação entre dieta e saúde (Hickman *et al.*, 1993, Apud Celeste, 2001). O intuito era deixar claro para o consumidor as propriedades nutricionais dos produtos de acordo com as recomendações preconizadas internacionalmente para uma dieta balanceada (James *et al.*, 1988, Apud Celeste, 2001). Informações essas que se apresentaria em forma de uma tabela no verso da embalagem contendo uma listagem de nutrientes (carboidrato, proteína, gorduras etc) e sua declaração de valor calórico referente a uma dieta de 2.000Kcal por dia descrita em porcentagem para uma quantidade que deveria ser expressa em medidas caseiras ou gramas (Brasil, 2001).

Desde então, mais de 20 anos se passaram desde a implementação da rotulagem nutricional, e para acompanhar a evolução dos produtos alimentícios e as demandas dos consumidores, as normas de regulamentação também tiveram que se adequar. Este trabalho busca explorar a história da rotulagem no Brasil até o presente momento, mostrando as mudanças ocorridas ao longo da história.

2 OBJETIVO

Descrever a evolução das normas regulatórias da rotulagem nutricional de alimentos no Brasil.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa com o intuito de relatar uma linha do tempo do surgimento de diferentes normas regulatórias sobre rotulagem nutricional dos alimentos.

Para isto foram coletadas informações nos bancos de dados em sites oficiais do Governo (ANVISA e portal da secretaria de atenção primária à saúde) e através do google scholar que levou a obtenção de artigos científicos, artigos em revistas digitais, jornais e anais.

Foram usados os termos de busca: rotulagem de alimentos, rotulagem de alimentos no Brasil, história da rotulagem, legislações de rotulagem nutricional, industrialização alimentícia no Brasil, impacto da revolução industrial nas rotulagens, entendimento dos consumidores sobre rotulagem nutricional.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 Contexto histórico

A revolução industrial desenvolveu-se na segunda metade do século XVIII modificando o modo de produção antes totalmente manual. Uma evolução maquinaria desse período foi a criação e melhoramento da máquina a vapor, que possibilitou avanços científicos e entendimento da termodinâmica, e a partir desse conhecimento houve melhorias nos meios de transporte e transmissão de informação após a utilização da máquina a vapor em navios (Botelho, 2021; National Geographic, 2022).

A primeira fase da revolução industrial (1760 a 1850) é marcada pelo surgimento de novos tipos de indústrias. Na época, a que ganhou grande destaque foi a indústria têxtil, com a implantação de máquinas que trabalhavam o tecido de maneira mais eficiente e a implantação do trabalho assalariado, salário esse que era baixo considerando as condições de trabalho (Botelho, 2021). Já a segunda fase da revolução industrial, que se estendeu até metade do século XX, trouxe mudanças na linha de produção com a implantação do taylorismo e fordismo. Esses modelos organizacionais de linha de produção tinham o objetivo de otimizar a produção em grande escala no menor tempo, trazendo maior lucro a empresa (Ribeiro, 2015). Esse modo de trabalho levou Harvey (1992) a refletir e segundo ele, a produção e o consumo em massa mudaram não só a força de trabalho como a própria sociedade. Todas essas mudanças estabeleceram um novo modelo de sociedade onde o trabalho e a vida tornaram-se desde então inseparáveis (Harvey, 1992, Apud Ribeiro, 2015).

No Brasil esse processo foi mais tardio, pois até 1808 havia uma restrição para o desenvolvimento de atividades industriais, que era somente voltada para consumo interno. As principais indústrias eram de calçado, fiação e vasilhame. Até a metade do século XVIII houve um crescimento da indústria têxtil e de ferro. Com a chegada da família real ao Brasil em 1808, os portos foram abertos para o comércio permitindo a entrada de produtos importados. Esses produtos competiam com os produzidos no Brasil e acabavam minimizando o crescimento da indústria nacional. A permanência da escravidão, ainda em 1810 limitava o mercado, eram necessários

trabalhadores livre e assalariados para constituir a base do mercado consumidor. No entanto, a elite cafeeira, que estava em seu auge, não via interesse no investimento. Só mais tarde, com a proibição do tráfico de escravos, em 1850 pela lei Eusébio de Queiroz, o fundo de dinheiro que era destinado a essa finalidade agora pode ser investido no crescimento do mercado interno. Houve então um estímulo à entrada de imigrantes europeus para substituição da mão de obra escrava, uma vez que os brasileiros não aceitavam o trabalho em lavoura por ser visto como uma atividade associada a pessoas escravizadas. Os conhecimentos trazidos pelos imigrantes possibilitaram o avanço do setor alimentício, ultrapassando o setor têxtil (Azevedo, 2010; ABIC, 2021; Dolhnikoff, 2018).

Foi no período conhecido como Revolução Industrial Brasileira (1930 a 1956) que a indústria cafeeira encontrava-se em declínio, então o atual presidente, Getúlio Vargas, realizou mudanças estruturais separando as oligarquias tradicionais do estado. A priori, houve a adoção de uma política industrializante, que foi marcada pela substituição da mão de obra imigrante para a mão de obra nacional. Devido ao êxodo rural e movimentos migratórios de povos do nordeste, os trabalhadores vinham principalmente dos estados do sudeste e fizeram alavancar o setor de metalúrgicas e siderúrgicas nos anos 1940 em detrimento do declínio da indústria dos bens de consumo (Azevedo, 2010).

4.2 Histórico sobre as instituições de apoio às indústrias de alimentos

Os ciclos econômicos do Brasil, por vezes, foram dependentes da indústria alimentícia. No primeiro momento houve a dependência da manufatura açucareira no nordeste e posteriormente da cafeeira no sudeste. A redução das importações durante a Segunda Guerra Mundial e o crescimento exponencial da população também contribuíram para o fortalecimento das indústrias (Azevedo, 2010). O censo realizado em 1920 constatou que a indústria de alimentos correspondia a 20% das empresas brasileiras, e destas 60,2% eram de cereais, chá e café. Vários pontos foram decisivos na mudança do cenário da indústria alimentícia no Brasil, dentre estes: as políticas de desenvolvimento industrial, regressão de importações no período da Segunda Guerra Mundial, crescimento acelerado populacional e elevação da renda *per capita* (ITAL, 2016).

Entre 1960 e 1970 foram criados órgãos de apoio ao crescimento da indústria de alimentos. Por exemplo, em 1963 o governo paulista instituiu o Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos (CTPTA), em associação com a The Food and Agriculture Organization (FAO) e com o governo federal, para o desenvolvimento de avanços técnicos-científicos na produção industrial. Posteriormente, em 1969 ele virou Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL). No mesmo ano, a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) veio promover o crescimento ordenado da indústria de alimentos. Em 1967 a Sociedade Brasileira de Ciências e Tecnologia de Alimentos (sbCTA) foi criada para aperfeiçoamento e capacitação de profissionais da área de alimentos (ITAL, 2016).

Paralelamente ao surgimento de órgãos de apoio à indústria de alimentos, começou a surgir uma legislação que visava regular a produção de alimentos. Em 1963 a FAO criou o Codex Alimentarius, que reunia diretrizes alimentares para garantir um padrão sanitário. No entanto, o Brasil só foi integrar o comitê em 1970 e só em 1980 o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) exerceu a coordenação do comitê do codex alimentarius do Brasil (Grassi Neto, 2011, p. 71- 77, Apud Lima *et al.*, 2018 ; Brasil, 2020). Até 1969 era preciso alguma lei nacional que regulasse os alimentos, então foi criado o decreto-lei n° 986 para instituir normas básicas como as definições de termos alimentares, estabelecimento de registro de controle, normas de rotulagem e os alimentos a que são aplicados, regulamentação do uso de aditivos, padrões de identidade e qualidade, fiscalização etc (Brasil, 1969).

4.3 Evolução das normas de rotulagem nutricional dos alimentos

A rotulagem nutricional foi elaborada com a finalidade de informar as propriedades nutricionais dos alimentos, declarando valor energético, carboidratos, proteínas, gorduras totais, gorduras saturadas e sódio a fim de contribuir para o adequado consumo alimentar (Brasil, 2003a). Essas informações são direitos assegurados também pelo código de defesa do consumidor, estabelecendo a clareza, para bom entendimento de leigos e apresentando quantidades, qualidades e riscos daquele produto (Brasil, 1990; Câmara *et al.*, 2008, Apud Cavada *et al.*, 2012)

No Brasil a rotulagem de alimentos vem ganhando cada vez mais legislações para ir adequando a distribuição desses produtos de forma comercial, mas para fins nutricionais as RDCs que regem a rotulagem nutricional são a 360/03 e 359/03. A RDC 360/03 dispõe a respeito dos nutrientes que devem ser informados no rótulo e ainda enumera produtos ao qual o regulamento não se aplica como: vinagres; alimentos preparados e embalados em restaurantes e estabelecimentos comerciais, prontos para consumo; alimentos que a superfície visível para rotulagem seja menor ou igual a 100cm² entre outros (Brasil, 2003a). Já a RDC 359/03 dispõe sobre as porções dos alimentos, que segundo o regulamento, é a quantidade média que deveria ser consumida por pessoas saudáveis. As porções podem estar dispostas em medida caseira, gramas ou ml. Essas medidas têm como base uma alimentação de valor diário de 2000 Kcal ou 8400 KJ (Brasil, 2003b).

Em seus estudos Josué de Castro elucida em “Geografia da Fome” o retrato da situação populacional em 1946 na área alimentar, através disso foi chamada atenção para o quadro de desnutrição, isso se relaciona a características socioculturais que refletem na dieta. O Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) foi feito para examinar a situação da desnutrição e distribuição de renda familiar da população brasileira na década de 70, e era considerado o estudo mais completo nesse campo. Ele refletia ainda sobre fatores de risco para o desenvolvimento de possíveis doenças crônicas degenerativas (Sichieri, 2021).

Mais tarde, em função de suprir a demanda que o ENDEF não alcançou, foi criada a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) para averiguar pontos como o consumo *per capita*, que o outro não abordava pois voltava-se mais à qualidade nutricional das refeições. O POF investigava características como: tamanho do núcleo familiar, composição, nível de escolaridade, idade, ciclo de vida e ainda fornecia informações do uso e disponibilidade dos alimentos, transporte e distribuição bem como acompanhamento da precificação da cesta básica. Essa pesquisa tornou-se periódica ocorrendo a cada 7 anos mais ou menos e a partir dela foi possível traçar a mudança no paradigma nutricional, transicionando da desnutrição para a obesidade (Andrade *et al.*, 2009).

Era necessário, no entanto, que algum órgão ficasse responsável por monitorar a situação nutricional e alimentar da população. O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) foi uma ideia originada na Conferência Mundial de Alimentação e implementada no Brasil em 1977. A partir de então o SISVAN fica no

encargo do monitoramento do estado nutricional, predição de tendências no consumo alimentar, monitoramento do desenvolvimento de crianças, acompanhamento de gestantes, mapeamento de carências nutricionais e acompanhamento da situação relacionada a doenças crônicas não-transmissíveis (Brasil, 2011).

Em 1999 foi criada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que veio para dar mais apoio nesse meio, e desde de o início foi visto grandes contribuições no âmbito nutricional que contempla a saúde pública. Com isso, a maior mudança no campo da nutrição veio no início do século XXI com a obrigatoriedade de tabelas nutricionais no rótulos dos produtos, visto que os alimentos industrializados desempenhavam grande parte do consumo alimentar dos brasileiros em detrimento de cereais integrais e fibras (Philippi, 2000, Apud Gonçalves *et al.*, 2015) e isso acabou contribuindo para o aumento da obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis (Carvalho, 2001, Apud Gonçalves *et al.*, 2015). Então buscando informar o consumidor mais especificamente sobre a composição e quantidade de nutrientes que ele estaria consumindo por porção sugerida, foi adotada a tabela nutricional pela RDC nº 40 de 2001 e as seguintes RDC nº 259 de 2003 e RDC nº 360 de 2003 tornaram a informação nutricional dos rótulos obrigatória e regem sua normatização até hoje.

Visando facilitar a disposição das anteriormente mencionadas, adotou-se o uso do valor diário (VD) nos rótulos. De acordo com o manual de orientação aos consumidores sobre rotulagem nutricional, VD define-se como a quantidade de nutrientes que deve-se consumir para ter uma alimentação saudável. Essa informação aparece em porcentagem (%) para informar o quanto a porção recomendada do produto contribui para atingir os valores diários para cada nutriente, pois cada um apresenta uma necessidade distinta, que será contabilizado no cálculo final da tabela (Brasil, 2001b).

É possível perceber que após a virada do século o campo foi se qualificando. Os estudos feitos pelo SISVAN tais como o POF, foram grandes contribuintes para a criação da tabela nutricional e por consequência acabou originando o termo rótulo nutricional. Esse trabalho continua evoluindo, criando e moldando legislações com o intuito de informatizar o consumidor até hoje.

A exemplo disso temos a criação da RDC 26/15 que torna compulsória a informação de produtos possivelmente alergênicos presentes na composição de

alimentos e bebidas (Figura 2). Apesar de existir uma vasta gama desse tipo de alimentos, essa resolução considera apenas 17 desses, que devem estar expressamente identificados nos rótulos. Isso porque 90% dos casos de alergias são ocasionados pela exposição aos derivados de ovos, leite, crustáceos, castanhas, amendoim, trigo e soja (Cookgo, 2019). Antes só havia obrigatoriedade do destaque para a presença de glúten por meio da lei 10.674/2003.

Figura 1 - Embalagem de leite condensado com as informações dos alérgenos em destaque.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023); CCGL (2023).

O mais novo avanço das rotulagem veio em 2020 através da RDC n°429, que traz a rotulagem nutricional frontal, sendo esse um símbolo informativo na parte dianteira da embalagem do produto, informando alto teor em um, dois ou 3 nutrientes (Figura 3). Os principais sendo açúcares adicionados, gordura saturada e sódio que são os que mais apresentam criticidade à saúde (Brasil, 2020b).

Figura 2 - Embalagens com rótulo frontal indicando alto teor de sódio e açúcar adicionado no alimento.



Fontes: Elaborado pelo autor (2023)

Outra informação importante disposta nos rótulos são as categorizando os produtos em light e diet. Light (RDC 54/12) é todo aquele alimento que apresenta redução de açúcar, gordura, colesterol ou sódio em 25% no mínimo, já o diet representa a retirada de algum nutriente, geralmente voltado para pessoas com alguma patologia específica (Portaria/MS 29/98). Erroneamente esses produtos são associados a auxiliares no emagrecimento, mas a sua composição por ser modificada vai compensar a ausência de determinados nutrientes com outro aumentando o teor de gordura por exemplo. Mas essa rotulagem também engloba o conjunto de informações da rotulagem nutricional e são voltadas às pessoas que apresentem alguma restrição alimentar (Brasil, 2017).

4.4 Entendimento do consumidor sobre rotulagem nutricional

Nascimento (2004) trouxe em sua pesquisa um apanhado do entendimento do consumidor a respeito da rotulagem dos produtos. Em sua maioria os participantes pouco sabiam sobre a rotulagem nutricional em si, o foco recaía mais na validade e armazenamento dos produtos. Foi observado também a influência da mídia (propaganda) na escolha dos alimentos, bem como disponibilidade, custo, costumes e cultura. Em um estudo similar realizado em 2012, alguns participantes relataram entender as informações nutricionais e por vezes atentar-se a elas quando vão às compras. Há uma preocupação a mais nas pessoas com alguma patologia como intolerâncias alimentares, hipertensão ou diabetes. No entanto, as classes

menos abastadas desconsideram tal informação no ato da compra (Araújo, 2012). Já em 2022 foi visto que as informações mais importantes na leitura dos rótulos segue sendo o prazo de validade (68,3%) enquanto a informação nutricional tem importância de 13,4%. Em geral isso é feito quando a pessoa adquire o produto pela primeira vez, tem intenção de perder peso ou quando apresenta alguma comorbidade (Silva & Cattelan, 2022). Em todos esses anos o problema permanece sendo a falta de divulgação de como entender e interpretar essas informações para auxiliar na escolha de alimentos a fim de contribuir para a saúde. Embora o governo disponibilize tais informações no guia alimentar da população brasileira, muitas pessoas desconhecem sua existência se atentando assim mais em observações básicas.

5 COMENTÁRIOS

A partir do que foi abordado até aqui, fica claro as melhorias no campo apesar da informação não ser completamente entendida pelos consumidores. Visto isto, o papel que a nutricionista pode prestar envolve ações de educação nutricional. Investido nas escolas e postos de saúde da família como alvo para atingir pessoas de várias idades e classes sociais. Utilizando o guia alimentar para população brasileira e a rotulagem nutricional obrigatória manual de orientação aos consumidores educação para o consumo saudável, entre outras estratégias que possa ser usada pelo nutricionista para ensinar e assim proporcionar conhecimento que gera impacto nas escolhas alimentares de pessoas saudáveis e não só para aqueles com alguma comorbidade.

6 REFERÊNCIAS

A EXPANSÃO DO CAFÉ NO BRASIL. **ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café**, 2021. Disponível em: <<https://www.abic.com.br/tudo-de-cafe/a-expansao-do-cafe-no-brasil/#:~:text=Enquanto%20na%20Europa%20e%20nos,econ%C3%B4mico%20na%20hist%C3%B3ria%20do%20pa%C3%ADs>>. Acesso em: 25 maio 2023.

ANDRADE, D. E. G. *et al.* Histórico das bases brasileiras de informações sobre alimentação e nutrição no contexto interno e externo da segurança alimentar e nutricional. **Simbio-logias**, v.2, n.1, Mai. 2009.

ARAÚJO, C. S. B. “**Acho difícil entender o rótulo**”: a rotulagem nutricional na percepção dos consumidores do Distrito Federal. 5-Out-2012. 34 f., il. Monografia (Bacharelado em Nutrição) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

AZEVEDO, E. B. Patrimônio Industrial no Brasil. **Revista arq.urb**, nº 3/ primeiro semestre, 2010.

BOTELHO, J. Revolução Industrial: entenda o que foi e suas etapas | **Politize!** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/revolucao-industrial/>>. Acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Brasil no codex alimentarius**, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/alimentos/participacao-em-foruns-internacionais/o-brasil-no-codex-alimentarius>>. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Rotulagem Nutricional Obrigatória Manual de Orientação aos Consumidores Educação para o Consumo Saudável**. Brasília, 2001b.

BRASIL. Decreto-lei nº986, de 21 de outubro de 1969. Institui normas básicas sobre alimentos. **Diário Oficial da União**, 1969.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Entenda o que são produtos light e diet**, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-ter-peso-saudavel/noticias/2017/entenda-o-que-sao-produtos-light-e-diet>>. 20 de ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº360, de 23 de dezembro de 2003. Aprova o regulamento técnico sobre rotulagem de alimentos embalados. **Diário Oficial da União**, 2003a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº359, de 23 de dezembro de 2003. Aprova o regulamento técnico para rotulagem de alimentos embalados. **Diário Oficial da União**, 2003b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº40, de 21 de março de 2001. Estabelecer Regulamento Técnico para rotulagem obrigatória de alimentos e bebidas embalados. **Diário Oficial da União**, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº429, de 8 de outubro de 2020. Dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados. **Diário Oficial da União**, 2020b.

BRASIL. Secretaria nacional de vigilância sanitária. **Biblioteca de organização e gestão do SNVS**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas/arquivos/snvs/>>. Acesso em 10 mai. 2023

BRASIL. Sistema de vigilância alimentar e nutricional - SISVAN. **Histórico e definição**. Brasília, jan. 2011.

CAVADA, G. S. *et al.* **Rotulagem nutricional: você sabe o que está comendo?** v. 15, n. spe, p. 84–88, 30 nov. 2012.

CELESTE, R. K. Análise comparativa da legislação sobre rótulo alimentício do Brasil, Mercosul, Reino Unido e União Européia. v. 35, n. 3, p. 217–223, 1 jun. 2001.

CCGL. **[sem título]**, 2023. 1 Fotografia.

DOLHNIKOFF, M. Imigrantes para substituir escravos na cafeicultura. **Blog da Editora Contexto**, 2018. Disponível em: <<https://blog.editoracontexto.com.br/imigrantes-para-substituir-escravos-na-cafeicultura/>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

GONÇALVES *et al.* Rotulagem de alimentos e consumidor. **Nutrição Brasil**, v.14, n.4, p 197-204, ago. 2015.

ITAL. **Alimentos Processados**, [s.d]. Evolução da indústria de alimentos e bebidas no Brasil. Disponível em: <<https://alimentosprocessados.com.br/industria-evolucao-industria-de-alimentos-e-bebidas-no-brasil.php>>. Acesso em: 20 maio 2023.

JAMES WATT E O CAMINHO PARA A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. **National Geographic**, 2022. Disponível em:<https://www.nationalgeographic.pt/historia/james-watt-e-o-caminho-para-a-revolucao-industrial_3002>. Acesso em: 20 maio 2023.

LIMA, C. R. P.; MORAES, E.P. F; LANZI, L. C. Segurança Alimentar e o Dever de Informar nos Rótulos In: Food Law, 2018. São Paulo. **Anais eletrônicos**: USP, 2018. Disponível em: <http://www.direitorp.usp.br/wp-content/uploads/2018/10/55_anais_food_lawFOOD-LAW_-Anais_Vers%C3%A3oFinal.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

NASCIMENTO, C. S. **Validação de um instrumento de avaliação da compreensão da rotulagem nutricional pelo consumidor**. 23-Abr-2004. 95 f. Monografia (Especialização em Qualidade em Alimentos) - Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

RIBEIRO, A. F. Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. **Lutas Sociais**, vol. 19, nº35, p. 65 -79, jul./dez., 2015.

ROTULAGEM DE ALERGÊNICOS - ANVISA. **Cookgo**, 2019. Disponível em: <<https://blog.cookgo.com.br/2019/04/04/rotulagem-de-alergenicicos-anvisa/>> Acesso em: 11 de jun. 2023

SICHIERI, R. Importância de dados nacionais sobre o consumo alimentar e mudanças na alimentação dos brasileiros de 2008 a 2018. **Revista saúde pública**, v. 55, dez. 2021.

SILVA, A. C. C.; CATELLAN. M. G. Percepção dos Consumidores a Respeito da Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados. **Revista Científica**, v. 1, n.1, dez. 2022.